



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

A DETERMINAÇÃO SOCIAL DA CONSCIÊNCIA: CLASSE, RAÇA E GÊNERO NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

JÉSSICA RIBEIRO DUBOC¹
ANDERSON MARTINS SILVA²

RESUMO

O trabalho orienta-se no sentido de resgatar as formulações de Marx e Engels sobre a determinação social da consciência e identificar os elementos constituintes da formação social brasileira. Observamos que o racismo se constituiu enquanto expediente sistemático da dominação burguesa no país que materializam as condições objetivas e subjetivas da consciência social hegemônica.

Palavras-chave: Marxismo; Classes Sociais; Raça; Gênero

ABSTRACT

The paper aims to rescue Marx and Engels' formulations on the social determination of consciousness and identify the constituent elements of Brazilian social formation. We observe that racism was constituted as a systematic expedient of bourgeois domination in the country that materializes the objective and subjective conditions of hegemonic social consciousness

Keywords: Marxism; Social Class; Race; Gender

INTRODUÇÃO

É recorrente no cotidiano popular, político e acadêmico o questionamento quanto à contradição explícita na figura do “pobre de direita”. O que explica a adesão de setores da classe trabalhadora aos projetos políticos antagônicos que contradizem a sua natureza de classe, raça e gênero? Não queremos esgotar a problemática no espaço de treze páginas, porém, procuramos estabelecer uma primeira aproximação com os pressupostos teóricos que nos auxiliam na

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro

² Universidade Federal de Juiz de Fora

compreensão da interação complexa e dialética entre o mundo objetivo e a consciência social correspondente.

No primeiro momento, objetivamos resgatar a determinação social do pensamento a partir da formulação de Marx e Engels. Para nossos autores, as representações estão “entrelaçadas” com a realidade material na qual os sujeitos constroem suas relações sociais. Na sociedade do fetiche, onde a forma alienante esconde o conteúdo da exploração e opressão de classe, a consciência social predominante em cada época histórica, é a correspondência subjetiva das ideias, interesses, sonhos e desejos da classe dominante.

Na segunda parte da nossa exposição, buscamos encontrar os elementos constituintes da consciência social nos processos históricos da formação do capitalismo brasileiro. Concluímos que a consciência social predominante da nossa formação social tem como pressuposto séculos de escravidão, de subjugação das mulheres e homens negros na produção das condições para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

1. A DETERMINAÇÃO SOCIAL DA CONSCIÊNCIA: alienação, ideologia e consciência em Marx

As principais contribuições marxianas sobre a questão da consciência estão presentes nas formulações – em conjunto com Engels – acerca da concepção materialista da história. Ao passo que nossos autores desenvolvem a crítica ao idealismo alemão, desenvolvem também a concepção da história como produto dos homens em suas relações sociais. Tal concepção consiste “em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata” e em compreender as formas de intercâmbio engendradas por um determinado modo de produção, isto é, apreender a sociedade civil, em seus diferentes momentos, como o fundamento de toda a história. A partir dessa compreensão, explica-se as diferentes criações teóricas e também, as formas de consciência.

A produção das representações dos sujeitos sociais, nesta perspectiva, está imediatamente “entrelaçada” com a produção material e com a conexão recíproca entre os homens. Nas palavras dos nossos autores: “A consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (Marx; Engels, 2007, p. 94). Esta compreensão demarca a distinção substancial entre o idealismo hegeliano e o materialismo de Marx, tal como nosso autor destaca no seminal Prefácio de 1859 – Marx (2008, p. 47, grifos nossos):



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

[...] na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. *Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência.*

A consciência do “homem comum e corrente” apreende a atividade desempenhada pelos indivíduos no processo de produção da sua vida a partir da sua relação direta e imediata com as coisas. A consciência imediata é a primeira forma em que se manifesta a consciência dos indivíduos (Iasi, 2007).

Imerso na cotidianidade³, esse homem capta somente o aspecto superficial das relações sociais que o produz. Marx, na *Contribuição à crítica da economia política*, ao delinear as primeiras formulações acerca do fetichismo da mercadoria, afirma:

Unicamente o hábito da vida cotidiana pode fazer aparecer como coisa banal e corrente o fato de que uma relação de produção revista a forma de um objeto, de maneira que as relações das pessoas em seu trabalho se manifestem como uma relação em que as coisas entrem em relações entre si e com as pessoas. Na mercadoria, essa confusão é ainda muito simples. Mais ou menos vagamente, todo o mundo suspeita que as relações entre as mercadorias, como valores de troca, são antes uma relação entre as pessoas em sua atividade produtora recíproca. Nas relações de produção mais elevadas, essa aparência de simplicidade desaparece. Todas as ilusões do sistema monetário provem de que não se vê que o dinheiro representa uma relação de produção social e que a realiza sob a forma de um objeto natural de propriedades determinadas (Marx, 2008, p. 60-61).

Em outras palavras: “na vida cotidiana, os fenômenos frequentemente ocultam a essência do seu próprio ser em lugar de iluminá-la (Lukács, 2012, p. 294)”. Neste primeiro momento de formação da consciência a realidade é apreendida a partir da *aparência* das relações sociais de produção.

Mas, ainda que a consciência imediata corresponda à aparência das relações sociais, ela é *constituente da realidade*, é a sua forma fenomênica, isto é, tal como se manifesta imediatamente. Corresponde ao modo como os homens estabelecem realmente a suas relações sociais. A realidade é a unidade entre o fenômeno (aparência) e essência (Kosic, 1969, p. 12):

[...]As figuras acabadas das relações econômicas, *tal como se mostram na superfície*, em sua existência real e, por conseguinte, também nas representações por meio das quais os portadores e os agentes dessas relações procuram obter uma consciência clara dessas mesmas relações, são muito distintas e, de fato, invertidas, antitéticas a sua figura medular interior – essencial, porém encoberta – e ao conceito que lhe corresponde. (Marx, 2017, p. 245, grifos nossos)

³ “A cotidianidade é o mundo fenomênico em que a realidade se manifesta de um certo modo e ao mesmo tempo se esconde” (KOSIC, 1969, p. 72).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A forma superficial, imediata e fragmentada da aparência concreta da realidade esconde o substrato medular, isto é, a essência das relações que constituem e estruturam determinado modo de produção da vida. É esta forma mistificada – mistificada na medida em que expressa apenas a parte superficial da totalidade do processo social que engendra o movimento do real – a determinação a priori da consciência social. Se as representações dos indivíduos “põem a sua realidade de cabeça para baixo, isto é consequência do seu *modo limitado de atividade material* e das suas *relações sociais limitadas que daí derivam*” (Marx; Engels, 2007, p. 94. Grifos nossos). Marx (2011, p. 60, grifos nossos), em seus artigos sobre O 18 Brumário, enfatizou a determinação social dos “modos de pensar e visões da vida”:

Sobre as diferentes formas da propriedade, sobre as condições sociais da existência *se eleva toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e configurados de modo peculiar*. Toda a classe os cria e molda a partir do seu fundamento material e a partir das relações sociais correspondentes. O indivíduo isolado, para o qual eles fluem mediante a tradição e a educação, pode até imaginar que eles constituem as razões que propriamente o determinam e o ponto de partida da sua atuação.

As representações dos indivíduos são “uma expressão consciente – *real ou ilusória* – de suas verdadeiras relações e atividades, de sua produção, de seu intercâmbio, *de sua organização social e política*” (Marx; Engels, 2007, p. 94. Grifos nossos). Logo, a inversão que se expressa na consciência dos indivíduos corresponde à uma *vida real invertida*⁴. É neste sentido que para Marx “[...] *se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como uma câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida*, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico”. Portanto, “as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais” e, por isso, “a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da *aparência de autonomia* que até então possuíam” (Marx; Engels, 2007, p. 94, grifos nossos).

No modo de produção capitalista, as relações sociais determinadas historicamente pelo processo de acumulação originária, produzem a constante separação dos homens do seu meio de trabalho, dos objetos do seu trabalho, do trabalho em si (o ato produtivo) e também do conjunto dos trabalhadores e logo, produz também uma consciência fragmentada e, portanto, alienada, da

⁴ Em 1843, na sua crítica a filosofia do direito de Hegel, Marx já esboça essa compreensão, ao afirmar que: “Esse Estado e essa sociedade produzem a religião, uma *consciência invertida do mundo*, porque eles são um *mundo invertido*” (Marx, 2010, p. 145).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

própria realidade. É o pressuposto e o modo pelo qual se reproduzem as relações capitalistas de produção. As quatro determinações do processo de alienação⁵ analisadas por Marx nos Manuscritos de 1844 - obra fundamental para compreender a teoria social de Marx e o fetichismo das relações sociais inerente ao modo de produção capitalista - reafirmam-se na contemporaneidade em níveis cada vez mais complexos e profundos, ao ponto de alcançarmos a forma mais sem conceito do valor, o capital portador de juros, em que apagam-se todos os resquícios da origem das formas sociais do valor no trabalho humano. A forma mais fetichizada da produção capitalista.

A incorporação da ideologia predominante não é uma opção por parte da classe trabalhadora e dos sujeitos sociais no geral, incluindo a própria burguesia. Do ponto de vista individual, deslocado da totalidade das relações históricas que compõem a realidade, o trabalhador recebe o equivalente ao tempo dedicado ao empregador. É uma relação contratual jurídica, estabelecida entre dois indivíduos livres. A consciência corresponde à forma como os sujeitos sociais enfrentam-se efetivamente no cotidiano das relações sociais. No contrato de trabalho não está explícito o processo histórico de separação do homem dos meios do seu trabalho que submete o trabalhador à única condição de vendedor da sua força de trabalho. O “modo de representação capitalista” conscientemente oculta as determinações históricas e essenciais das relações capitalistas no sentido de garantir a reprodução da dominação de classe.

Essa compreensão explica tanto a estreiteza da consciência social de determinado período como o potencial revolucionário em outros, como nos momentos de crise, em que as contradições capitalistas se escancaram⁶ e os lampejos de consciência de classe que podem despertar a partir das rupturas e frestas que desenvolvem-se no padrão de reprodução das relações de exploração e dominação.

A alienação e o fetichismo conformam as determinações nucleares da ideologia (Baldi, 2019, p. 632), compreendida neste trabalho, como a forma da consciência social onde imperam as relações *alienadas e fetichizadas* de produção capitalista, que em seu processo de reprodução, mobilizam e articulam a aparência concreta – porém, reificada – da realidade no sentido de justificar e reafirmar as relações de dominação, isto é, reproduz no âmbito da consciência a

⁵ Podemos extrair dos *Manuscritos de 1844* quatro determinações de Marx acerca do trabalho alienado: 1) a alienação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho, 2) a alienação do trabalhador no interior da produção, 3) a alienação do trabalhador do seu ser genérico e como consequência imediata desta última, 4) a alienação do homem em relação ao outro homem (Marx, 2015).

⁶ Primavera de 1848, Comuna de Paris, Revolução Russa.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

inversão real ocorrida na materialidade, na vida objetiva do trabalhador, e por isso, configura a consciência social de uma determinada época (Iasi, 2014):

Uma consciência social em uma sociedade dividida em classes antagônicas não pode ser a mera expressão das relações que conformam uma sociedade, mas a esta função se agrega outras dimensões essenciais: ocultamento/velamento, inversão, naturalização, justificativa e a apresentação do particular como se fosse universal. Sem estas dimensões o conceito marxiano de ideologia se esvazia. Uma consciência social que opera desta forma com a função de manter e reproduzir uma dominação de classe é, para Marx e Engels, uma ideologia (Iasi, 2014, p. 113, grifos nossos).

A ideologia expressa idealmente os interesses de uma determinada classe, a classe dominante e é, por isso, um instrumento de reprodução e dominação do capital e tem como fundamento a alienação e o fetichismo que encobrem o caráter social dos produtos das “mãos humanas”. Marx, enfatiza esse elemento ao afirmar que,

As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (Marx; Engels, 2007, p. 47, grifos nossos).

A consciência reificada, hegemônica no presente período histórico expressa as ideias da classe dominante que difundem seus valores, princípios, “modos de viver e de pensar” como universais, ainda que tais interesses de classe representem menos de 10%⁷ da população mundial – os proprietários dos meios de produção da vida material e espiritual – aparecem como a forma natural e comum da consciência de determinada época. Se as “[...]ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes”, explica o fato de a classe trabalhadora reproduzir os interesses, valores e ideias destoantes, contraditórias e antagônicas à sua condição de classe. A atuação ideológica do capital sobre a consciência da classe trabalhadora não é mera causalidade, o modo de produção capitalista é também um modo de produção e reprodução de representações, de ideias, de consciência.

O “modo de representação capitalista” (Grespan, 2019) mobiliza o conjunto de elementos econômicos, políticos, sociais e culturais da sociedade no sentido de justificar e reproduzir a dominação de classe. O retorno – ou a inflamação e expansão – do conjunto de práticas e

⁷ Os 10% mais ricos da população global controlam 76% da riqueza mundial em 2021, de acordo com a análise. Em contraste, os 50% mais pobres possuem apenas 2%. Os 40% médios, por sua vez, possuem 22%. Em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/10-mais-ricos-controlam-76-da-riqueza-global-50-mais-pobres-fi-cam-com-2/>).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

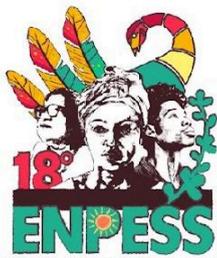
ideários nazi-fascistas⁸ no capitalismo contemporâneo revela a forma como o capital, para reproduzir-se em escalas globais e enfrentar as suas crises cada vez mais frequentes, utiliza de formas políticas autoritárias, supremacistas, racistas, misóginas, lgbtfóbicas e essencialmente conservadoras, para legitimar sua dominação econômica, política e cultural.

A adesão de setores da classe trabalhadora aos projetos políticos antagônicos, de extermínio das organizações da classe trabalhadora e dos movimentos contestatórios das diferentes formas de exploração e opressão no modo de produção capitalista, tem suas raízes materiais e subjetivas fincadas nas relações sociais hegemônicas de cada período histórico. As relações sociais de produção capitalista desenvolveram-se ancorados na divisão eurocêntrica de raça, gênero e classe.

A divisão racial e sexual do trabalho é um dos pilares do modo de produção capitalista a nível mundial. A concepção de família burguesa universalizada como a “família natural” – patriarcal, heteronormativa e predominantemente branca – é um dos núcleos celulares de reprodução e manutenção da ordem social do capital e por isso, em tempos de crise do capital, este último, precisa reafirmar em todas as dimensões da vida social a sua dominação econômica, ideológica e cultural. A família é o “local historicamente mais constante de produção da força de trabalho” (Battacharya, 2022), em suas dimensões fisiológicas, emocionais, educacionais, culturais e etc. A reafirmação da dominação capitalista perpassa pela reatualização dos valores, costumes, formas de *ser e pensar*, condizentes com os interesses da classe dominante, não à toa, “Deus, família e pátria” são os norteadores ideológicos da propaganda e agitação fascista.

A teoria da reprodução social, riquíssima contribuição do movimento feminista para o pensamento marxista e para a compreensão da relação entre opressão e exploração, demonstra como a produção da vida material no modo de produção capitalista inclui – como em todas as formas sociais de produção e é, portanto, o fundamento delas – a produção e reprodução dos seres humanos. O trabalho de reprodução social realizado historicamente pelas mulheres de cozinhar, lavar, cuidar das crianças, idosos e enfermos, limpeza entre outras ações orientadas a satisfazer as necessidades básicas, físicas e emocionais, do “estomago ou da imaginação”, são partes constituintes dos processos de reprodução da força de trabalho, porém, estrategicamente, compreendidos como “assuntos do âmbito privado” do trabalhador, alheio à produção de capital,

⁸ O parentesco ideológico do neofascismo global continua, entretanto, com suas afinidades supremacistas brancas, de machismo militarista, de pregação do extermínio de adversários e de grupos sociais estigmatizados e de defesa do privatismo contra qualquer tipo de reforma social distributivista ou compensatória (Carneiro, 2018, p. 11).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

enquanto na essência o trabalho doméstico não pago é funcional e necessário para o modo de produção capitalista.

Cabe destacar que as condições de produção capitalista, a formação da classe trabalhadora e a propriedade privada dos meios de produção, desenvolvem-se de forma *combinada e desigual* e considera as particularidades históricas, sociais e econômicas de cada região ou época social. Consequentemente, a consciência social predominante em determinado período histórico, em determinado país ou continente, revela as relações de produção e reprodução que a originam. Vejamos como a formação social brasileira fornece as condições objetivas do desenvolvimento da consciência social predominante na formação social brasileira.

2. CLASSE, RAÇA E GÊNERO NA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

Na formação social brasileira, os contornos da questão racial e sexual na reprodução do capital, demonstram como o modo de produção capitalista articula as estruturas de dominação e opressão comuns às formações históricas anteriores e as incorpora na constituição das condições de exploração e dominação da classe trabalhadora.

O desenvolvimento capitalista no Brasil só pode se sustentar por meio da escravização e do genocídio de negros e indígenas. Como enfatiza Abdias Nascimento, no clássico *O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um Racismo Mascarado* (1978, p. 49), o “africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia”. Deste modo, as origens histórico-processuais da acumulação capitalista no Brasil foram marcadas pela violência ostensiva e sistemática dos senhores, primeiro contra os povos originários e, em seguida, contra as pessoas negras escravizadas deixando marcas profundas no *modus operandi* do capitalismo brasileiro até nossos dias. Foi a *luta de classes entre o senhor e o escravo* que dinamizou a história do Brasil colonial e, por conseguinte, forneceu as *bases sociais para o desenvolvimento da acumulação primitiva* nas terras brasileiras (Moura, 1981)

O processo de escravização de pessoas negras determinou todo o processo de entificação capitalista brasileiro, de tal modo, que o *racismo se constituiu enquanto expediente sistemático da dominação burguesa no país* e segue ainda hoje como determinação relevante para a compreensão do quadro brasileiro. A compreensão mais apurada desse aspecto da formação social brasileira nos auxilia no entendimento do altíssimo grau de exploração da força de trabalho



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que caracteriza todo o processo de industrialização hipertardia pelo qual passara o Brasil no período 1930-1980, e a sua permanência em nossos dias (Moura, 1981).

Assim como Moura (1981, p. 124, grifos nossos), compreendemos que no Brasil escravista o “cativo passou a ser visto como coisa e o seu interior, a sua humanidade foi esvaziada pelo senhor até que ele ficasse praticamente sem verticalidade”. Tal era a dimensão da opressão dos senhores sobre as pessoas negras escravizadas. Nessas condições, na contramão daquelas leituras que consideram as pessoas negras escravizadas passivas diante de sua escravização pelos senhores brancos, compreendemos que, de fato, a “*rehumanização*” das pessoas escravizadas “*só era encontrada e conseguida na e pela rebeldia, na sua negação consequente como escravo*”. Por seu turno, o “branco senhor de escravos era o *homem sem devir* porque não deseja a mudança em nenhum dos níveis da sociedade”, era o “exemplo do homem alienado”. Deste modo, compreendemos que os “quatrocentos anos de escravismo foram definitivos na plasmação do *ethos* do nosso país”. Como enfatiza nosso autor:

Penetrando em todas as partes da sociedade, injetando em todos os seus níveis os seus valores e contra-valores, o escravismo ainda hoje é um período de nossa história social mais importante e dramaticamente necessário de se conhecer para o estabelecimento de uma práxis social coerente (Moura, 1981, p. 124).

Com a abolição do regime escravista, teve início um projeto de exclusão da sociedade brasileira as pessoas negras até então escravizadas pelos senhores brancos. Estes senhores, trataram não somente de eliminar as provas do verdadeiro genocídio da população negra e indígena promovido ao longo de quatro séculos de escravidão, por meio da queima de documentos (Nascimento, 1978), mas também, de “entrar em entendimentos com países europeus para conseguir substituir a nossa população egressa da senzala por outra branca”. É nesse momento que passa a operar na sociedade brasileira a *ideologia do branqueamento* que, segundo Moura (1981, p. 126), “nada mais é do que uma tática para desarticular ideológica e existencialmente o segmento negro a partir de sua autoanálise”.

No mesmo sentido, em conexão com a perspectiva do branqueamento promovida deliberadamente pelo Estado brasileiro, as classes dominantes procuraram apagar a participação ativa do negro na história brasileira, de modo que houve à “base de especulações intelectuais, frequentemente com o apoio das chamadas ciências históricas” a criação no Brasil do “conceito da *democracia racial*”. Tal conceito consiste na afirmação de que no Brasil “pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, sem nenhuma

interferência, nesse jogo de paridade social, das respectivas origens raciais ou étnicas” (Nascimento, 1978, p. 41).

O mito da democracia racial articulado com a ideologia do branqueamento foi uma política consciente das classes dominantes de apresentar um país de relações sociais harmônicas, sem conflitos raciais, de classe e de gênero; o mito da democracia racial foi um conjunto de práticas institucionalizadas de ocultamento da condição social dos negros e negras e exclusão destes dos processos políticos, econômicos e culturais do país capitalista em formação (Gonzáles, 2020).

Trata-se de um expediente da classe dominante brasileira que contribuiu historicamente para impedir que a maioria de nossa classe trabalhadora, que é negra, reconheça o seu passado histórico de luta e se inspire para levar adiante as lutas do seu tempo.

O processo de formação do mercado de trabalho brasileiro parte de uma situação na qual o colonizador português havia estabelecido um “mecanismo neutralizador da consciência étnica do negro através de uma verbalização *democrática*”. Tal estado de coisas contribuiu para que “grandes segmentos negros, tendo introjetado está ideologia do colonizador, procurasse passar por *brancos*, ou, promover-se na escala cromática que o colonizador estabeleceu, tendo como modelo superior a ser alcançado o *branco*”. Deste modo, a “política fenotípica” posta em prática historicamente pelas classes dominantes brasileiras “procurou e procura fazer com que os componentes de grupos específicos negros fujam das suas origens, procurando assimilar a escala de valores e padrões dos brancos”.

Nascimento reforça que desde os “primeiros tempos da vida nacional aos dias de hoje, o privilégio de decidir tem ficado unicamente nas mãos dos propagadores e beneficiários do mito da ‘democracia racial’”. O caráter mítico da suposta democracia racial brasileira, se “expõe para quem quiser ver” no fato de que “só um dos elementos que a constituiriam detém todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais”, qual seja, o “branco”. Foram os brancos, primeiro na condição de senhores de pessoas negras escravizadas, e em seguida de burguesia dependente superexploradora, que controlaram historicamente os “meios de disseminar as informações; o aparelho educacional”, e por conseguinte, o processo de formulação dos “conceitos” e “valores” dominantes na formação econômico-social brasileira (Nascimento, 1978, p. 46).

No mesmo sentido, Moura (1981, p. 126-127) enfatiza que, assim como a “escravidão horizontalizou o negro escravo”, que somente pode se rehumanizar por meio da “revolta, da práxis revolucionária”, as instituições estabelecidas no período pós-abolição atuaram no sentido de “esvaziar o Negro como *ser*, situando-o como inferior biológica, estética e culturalmente”. Nessas

condições, uma vez mais, o negro somente se “re-identifica em movimentos de protesto nos quais reencontra o seu passado étnico e cultural e se situa novamente como ser”. Deste modo, a atuação institucional do Estado nacional brasileiro levantou-se historicamente como importante obstáculo a ser superado pelos movimentos de trabalhadoras e trabalhadores negros que se desenvolveram no pós-abolição.

Os elementos destacados até aqui, contribuem para compreendermos que na entificação capitalista brasileira, o processo de formação do Estado nacional, a absorção da “civilização moderna” e a dominação dos “setores privilegiados da ‘raça branca’” estiveram “intricadamente misturados” (Fernandes, 1975, p. 16).

No presente tempo histórico, a participação das pessoas pretas, dos indígenas, das mulheres e dos grupos socialmente discriminados dos espaços políticos de decisão é também elemento constituinte da sustentação da dominação de classe no Brasil. As mulheres são a maioria do eleitorado brasileiro, 52% e ainda assim, a minoria nas candidaturas (34%), principalmente, para os cargos majoritários. No que diz respeito à raça, apenas 14,12% são mulheres negras (TSE, 2023).

A gênese e o desenvolvimento da sociedade brasileira possuem dentre seus fundamentos a quebra do homem e da mulher negra, tanto física, quanto espiritualmente. Foram as mulheres e homens negros que plantaram e colheram a “riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca”.

Nos países de capitalismo dependente, de precarização e ausência de políticas sociais que contribuem com a socialização do trabalho doméstico, a realidade das mulheres, principalmente, das mulheres negras e periféricas, expõe os alicerces da divisão sexual e racial do trabalho pautado na supremacia étnico racial e de gênero do homem branco, desde a opressão aos povos originários até às manifestações recentes do genocídio da juventude negra nas favelas do país.

Essa falsa integração dos homens negros e das mulheres negras no modo de produção capitalista, ou mais precisamente, a sua integração precária e “marginal” no mercado de trabalho, no acesso aos direitos sociais e políticos básicos – educação, saúde, habitação e etc., a reprodução de papéis herdados do “passado”⁹ escravocrata, como por exemplo, condição da mulher negra e a sua inserção na venda da força de trabalho a partir da “prestação de serviços domésticos nas dependências das famílias de classe média branca”. conformavam o “conjunto de

⁹ Passado que se perpétua.

práticas e construções ideológicas” (González, 2020) do racismo no Brasil e sua perpetuação e reatualização nos distintos períodos históricos da formação social brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução deste trabalho partimos do seguinte questionamento? O que explica a adesão a um programa político que na sua essência contraria os interesses de classe de parcela do eleitorado brasileiro?

Procuramos demonstrar que, para Marx, a consciência é produto das relações sociais, ou seja, a consciência é forjada pelas condições concretas de produção e reprodução da vida humana sob a terra. O racismo, o machismo, a lgbtfobia e outras formas de opressão, são um conjunto de práticas sociais e ideológicas que estruturam a formação do capitalismo brasileiro.

Poderia não ser necessário despende alguns parágrafos para evidenciar as características conservadoras da formação social brasileira, no entanto, o apagamento histórico do caráter étnico racial e de gênero das relações de classe no Brasil, torna esse resgate extremamente necessário para um marxismo que busca compreender a realidade em seu movimento concreto. A digressão anterior tem como objetivo destacar a determinação social da consciência: são as relações sociais que determinam a consciência e não o contrário. É “natural” que um mundo distorcido forje consciências distorcidas, parafraseando Marx.

Ao olharmos para a história do Brasil, não há de nos espantarmos com o fato de Jair Bolsonaro¹⁰, em 2022, representar 58.206.354 brasileiros e brasileiras, capitalistas e trabalhadores, brancos, negros e pardos. As variações de classe, raça, gênero, sexualidade, regionais, certamente, revelam o perfil da base bolsonarista, predominantemente masculina, heteronormativa, branca e de classe média, contudo, engana-se o observador que deriva deste perfil predominante a compreensão de que o bolsonarismo não penetra na representação de trabalhadores, negros, mulheres e LGBTs.

Se a extrema-direita conseguiu tornar-se um movimento de massas, com adesão popular e governar o país por quatro anos, é porque resgatou e mobilizou a consciência social mais conservadora que a burguesia brasileira produziu com base na sua dominação econômica e

¹⁰ “O conteúdo de suas declarações, nas últimas décadas, como deputado, na campanha eleitoral e, a partir de 2019, no exercício da presidência, envolve todo o tipo de elogio da violência, especialmente a violência da polícia e dos «cidadãos de bem» contra os «bandidos», mas incluindo também a apologia à tortura e à ditadura militar, com fortes doses de misoginia, lgbtfobia, racismo e xenofobia.” (MATTOS, 2022, p. 26)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

política, perpetuada pelas revoluções “por alto” características da autocracia como forma política predominante na formação social do Brasil (Fernandes, 1975).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BHATTACHARYA, Tithi. Como não deixar a classe de lado: reprodução social do trabalho e a classe trabalhadora global. In: Gênero, Raça e Reprodução social - Teoria e História para uma perspectiva ampliada da classe trabalhadora – (Orgs) Bárbara Araújo Machado e Flávia Fernandes de Souza. São Paulo: Usina Editorial, 2022

CARNEIRO, Henrique.. Introdução: As raízes do neofascismo no século XXI. In: Como Esmagar o Fascismo, 2018.

FERNANDES, Florestan – A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

IASI, Mauro Luis. Ensaio sobre consciência e emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. “Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideais” In: Marcos Del Roio. (Org.). Marx e a dialética da sociedade civil. Marília SP: Cultura Acadêmica, 2014, v. 1, p. 95-124.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020

GRESPLAN, Jorge. Marx e a crítica do modo de representação capitalista. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social I. São Paulo : Boitempo, 2012.

MATTOS, Marcelo Badaró. Governo Bolsonaro: Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. IN: RELAÇÕES INTERNACIONAIS: 2022, pp. 025-039

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. 2.ed., São Paulo: Expressão Popular, 2008

_____. Crítica da filosofia do direito de Hegel. 2.ed., São Paulo: Boitempo, 2010

_____. O 18 brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011

_____. O capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. Cadernos de Paris & Manuscritos econômico-filosóficos de 1844. São Paulo: Expressão Popular, 2015

MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala. São Paulo: Livraria Editoria Ciências Humanas, 1981.

NASCIMENTO, Abdias. O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um Racismo Mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social